

The background of the image is a long-exposure photograph of a multi-lane highway. The road curves into the distance, and the light trails from vehicles create a sense of motion. The sky is a clear, bright blue, and the overall color palette is dominated by blues and oranges from the light trails.

ANST

AUTORIDADE NACIONAL
SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Publicação da Lei Orgânica da ANSR

Decreto-Lei nº 77 / 2007 de 29 de Março

Missão

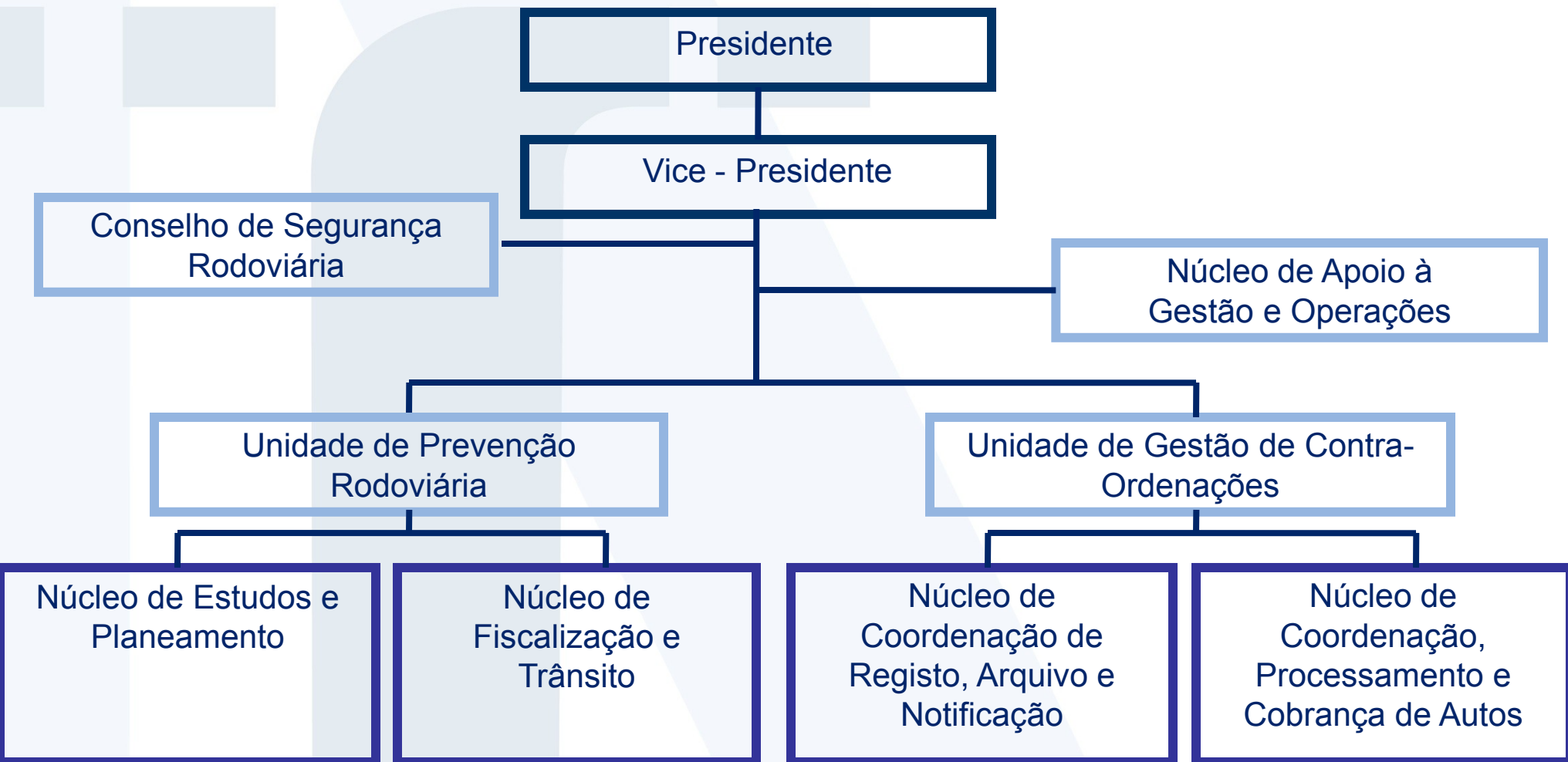
Planeamento e coordenação a nível nacional de apoio à política do Governo em matéria de segurança rodoviária, bem como a aplicação do direito contra-ordenacional rodoviário.

Principais Serviços Prestados:



- Contribuir para a definição das políticas no domínio do trânsito e da segurança rodoviária;
- Elaborar os Planos Nacionais de Segurança Rodoviária bem como os documentos estruturantes relacionados com a Prevenção Rodoviária;
- Elaborar estudos de legislação em matéria rodoviária e propor a sua actualização;
- Regular e superintender as auditorias de segurança rodoviária;
- Fiscalizar o cumprimento das disposições legais sobre trânsito e segurança rodoviária;
- Assegurar o processamento e gestão dos autos levantados por infracções ao Código da Estrada e legislação complementar;
- Uniformizar e coordenar a acção fiscalizadora das demais entidades intervenientes em matéria rodoviária;
- Promover do estudo das causas e factores intervenientes nos acidentes de trânsito;
- Assegurar a existência e o funcionamento de um Observatório de Segurança Rodoviária.

Organograma



ANSR – datas de referência



- **29 de Março de 2007** – Publicação da Lei Orgânica da ANSR
- **24 de Abril de 2007** – Tomada de posse do Presidente e do Vice-Presidente
- **02 de Maio de 2007** – Início de funções da ANSR
- **18 de Junho de 2007** – Publicação do Despacho nº 11963/2007, MAI /MOPTC, que designa o responsável pela coordenação do processo de fusão e extinção da DGV
- **30 de Outubro de 2007** – Encerramento da DGV – Despacho nº 26426/2007, MEF / MAI / MOPTC, relativo à repartição dos recursos financeiros da DGV

Recursos Humanos

Despacho n.º 646/07/MEF de 8 de Novembro de 2007

Unidades Orgânicas	Total aprovado
Núcleo de Apoio à Gestão e Operações	24
Unidade de Prevenção Rodoviária	25
Unidade de Gestão das Contra-ordenações	67

Total

116

Recursos Humanos

Despacho n.º 646/07/MEF de 8 de Novembro de 2007

Unidades Orgânicas	Total aprovado	Total preenchido
Núcleo de Apoio à Gestão e Operações	24	16
Unidade de Prevenção Rodoviária	25	13
Unidade de Gestão das Contra-ordenações	67	24
Total	116	53

Recursos Humanos

Pessoal dirigente

Dirigentes nomeados em regime de substituição - 7

Concursos abertos para provimento de dirigentes - 4

Concursos instruídos para publicação para provimento de dirigentes - 3

Pessoal não dirigente

Processo de afectação de pessoal e colocação em mobilidade especial – a decorrer

Colocação de 7 juristas por requisição – Desp. 10089/2008 31 de Março da SGMAI

Colocação para 20 assistentes administrativos – (consulta a decorrer)

Consulta à bolsa de emprego público para juristas – (a decorrer)

Colocação de 12 juristas através de contrato individual de trabalho (em curso)

Eventual abertura de concursos internos para preenchimento dos restantes postos de trabalho

QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização 2008

Objectivos Estratégicos

OE 1 – Elaborar, coordenar e monitorizar a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária

OE 2 – Centralizar o processamento das contra-ordenações

OE 3 – Implementar a Rede Nacional de Radares

**UNIDADE DE GESTÃO
DE
CONTRA-ORDENAÇÕES**

OE 2 - Centralização dos processos de contra-ordenação

- A partir da criação da ANSR em Maio de 2007 a competência decisória dos processos de contra-ordenação passou a ser do Presidente da ANSR;
- A centralização das fases de instrução e decisão dos processos de contra-ordenação na ANSR implicou:
 - Alterações profundas no sistema informático de gestão de autos, concebido para uma estrutura descentralizada;
 - A celebração de protocolos com os Governos Civis para assegurar as tarefas de: i) atendimento presencial; ii) guarda e devolução de documentos apreendidos; iii) recepção de documentos apresentados pelos particulares (defesas, pagamentos a prestações, certidões etc); e iv) disponibilização de salas para inquirição de testemunhas;
 - A Centralização do Arquivo, tendo a operação de recolha dos processos sido realizada de forma progressiva, devendo estar concluída até 15 de Maio de 2008.

OE 2 - Centralização dos processos de contra-ordenação

- Aprovação de uma proposta de autorização legislativa para: i) videoconferência e registo das diligencias em suporte áudio e vídeo; ii) assinatura electrónica qualificada; e iii) delegação de competências nos juristas da ANSR;

- A celebração de novos contratos de prestação de serviços, uma vez que os que tinham sido celebrados com a DGV findavam e/ou previam a prestação de serviço nas 18 Delegações Distritais. Esses novos contratos visaram:
 - ✓ A recepção e o registo de autos;

 - ✓ A elaboração de propostas de decisão:
 - Protocolo celebrado com a Ordem dos Advogados
 - Deu-se continuidade ao Protocolo celebrado pela DGV com a Universidade Católica

(Neste momento decorrem concursos públicos internacionais para aquisição destes serviços)

- Celebração de contrato com o IGCP para fornecimento de 1.000 TPA para utilização pelas Forças de Segurança, pois os anteriores equipamentos perderam a homologação em 31 Dez 2007;

OE 2 - Centralização dos processos de contra-ordenação

Principais pontos de constrangimento sentidos:

- Preenchimento do mapa de pessoal
- Separação dos sistemas informáticos da exDGV entre a ANSR e IMTT
- Aplicação informática de gestão das contra-ordenações

OE 2 - Centralização dos processos de contra-ordenação

Futuro Próximo – até ao final do ano

- Desmaterialização dos processos físicos
- Comunicação electrónica com as entidades fiscalizadoras
- Videoconferência para inquirição de testemunhas
- Início do desenvolvimento de uma nova aplicação informática para gestão e processamento das contra-ordenações

**UNIDADE
DE
PREVENÇÃO RODOVIÁRIA**

Principais acções desenvolvidas:

- Campanhas de Segurança Rodoviária:
 - ✓ Verão 2007
 - ✓ Natal e Ano Novo 2007
 - ✓ Pascoa 2008



Principais acções desenvolvidas e em curso:

- Elaboração e aprovação da regulamentação sobre a nova Lei do Álcool – Lei 18/2007, de 17 de Maio, bem como promoção de acções de formação às Forças de Segurança;
- Aquisição de 5.000 kits de rastreio de substancias psicotrópicas na saliva;
- Organização conjunta com a ETSC do PIN Talk em Portugal, em 28 de Novembro 2007 sob o tema “Diminuir as velocidades em Portugal”;
- Apresentação pública do Relatório de Sinistralidade 2008 no dia 6 de Março de 2008;
- Aprovação de equipamentos de fiscalização do transito;
- Acompanhamento do Concurso MAI – Crianças e jovens – Novos comportamentos nas estradas
- Proposta de Carta dos Peões – direitos e deveres;
- Cartaz da Segurança Rodoviária;
- Programa de inspecções a pontos negros;

OE3 - Implementar a Rede Nacional de Radares

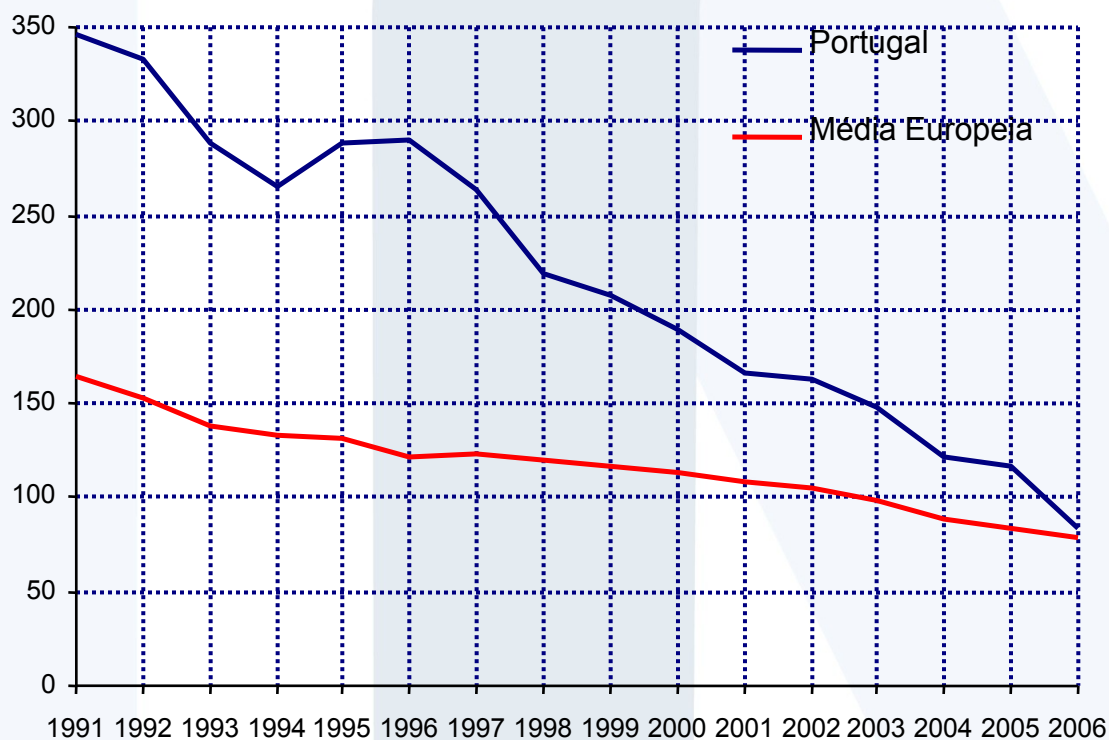
- **Celebração de Protocolo com o LNEC** – Condições técnicas de engenharia rodoviária para instalação de radares fixos para a fiscalização e controlo dos limites de velocidade legalmente estabelecidos em vias urbanas e interurbanas;
- **Conclusão do CE;**
- **Candidatura ao QREN;**
- **Lançamento do concurso público internacional;**

Instalação dos primeiros radares – final de 2009

**OE 1 – Elaborar, coordenar e monitorizar a
Estratégia Nacional de Segurança
Rodoviária**

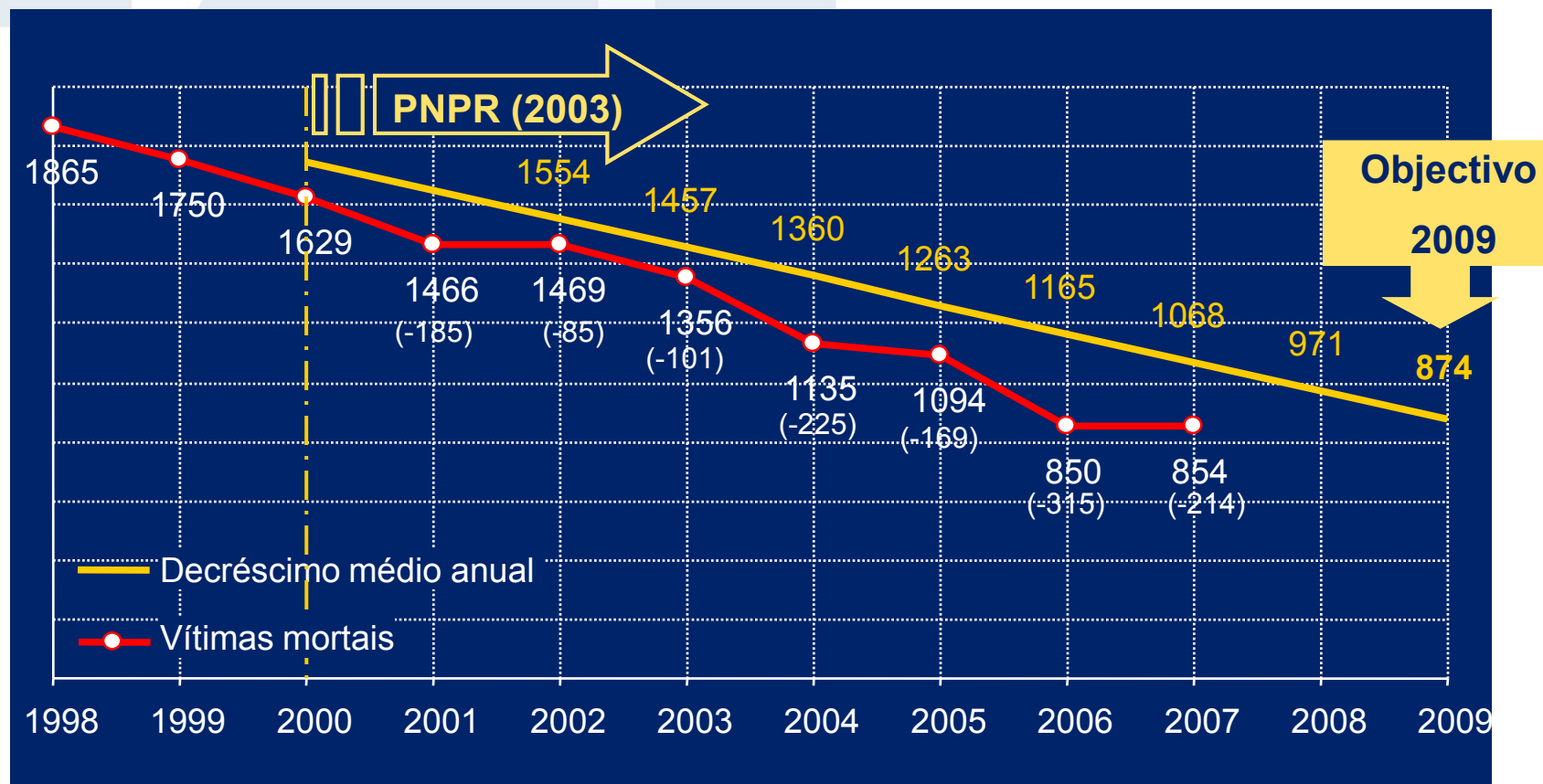
UNIÃO EUROPEIA

Evolução do número de vítimas mortais (30 dias) por 1 milhão de habitantes



OBJECTIVO GERAL

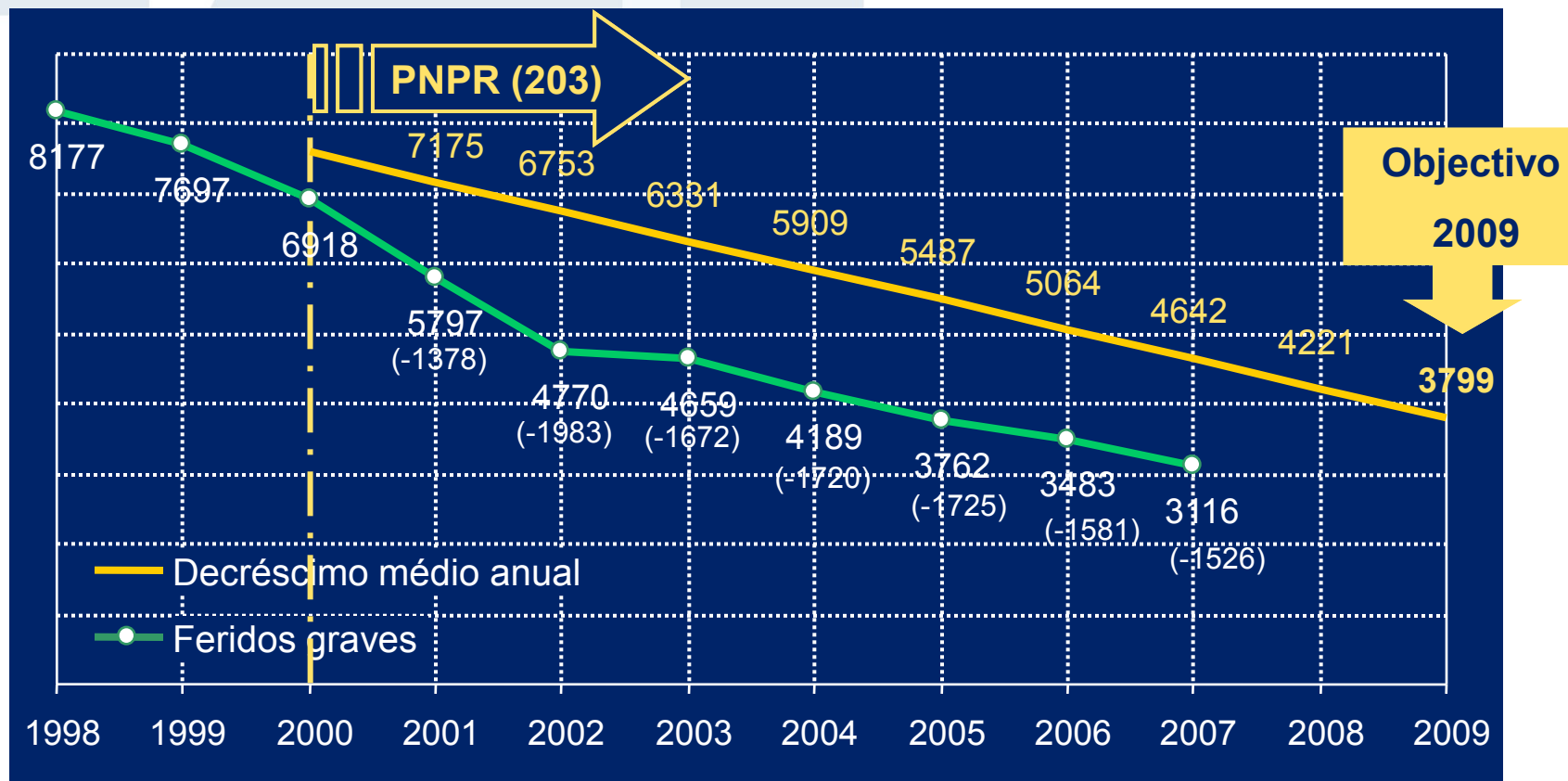
Evolução do número de VÍTIMAS MORTAIS



Entre 2000 e 2007 o número de vítimas mortais diminuiu 51%

OBJECTIVO GERAL

Evolução do número de FERIDOS GRAVES



Entre 2000 e 2007 o número de feridos graves diminuiu 59%

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE
SEGURANÇA RODOVIÁRIA
(ENSR)**

2008-2015

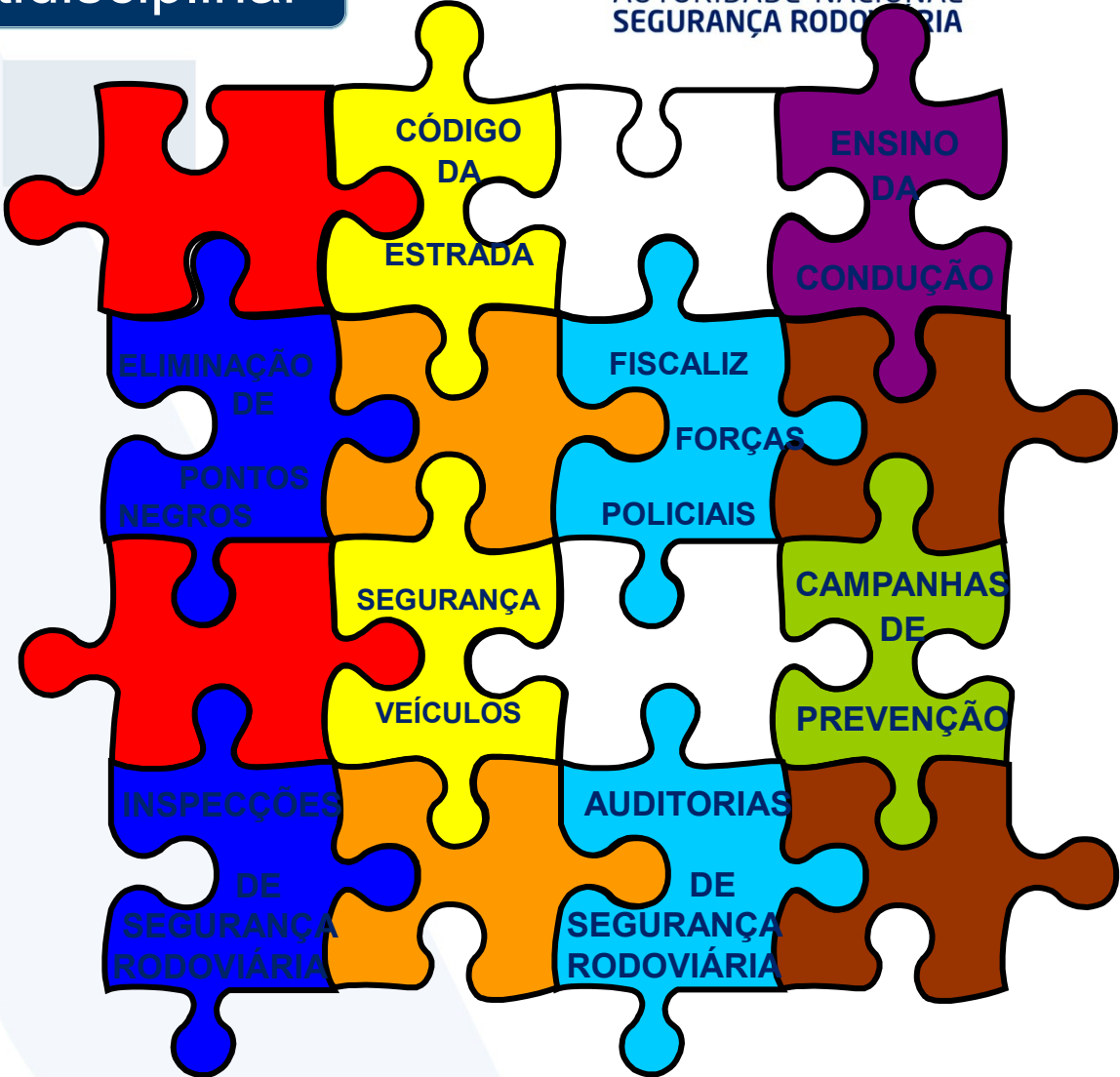
Fenómeno interdisciplinar e multidisciplinar

COMPORTAMENTO HUMANO



VEÍCULOS

INFRA-ESTRUTURA



METODOLOGIA

1.^a FASE
DEFINIÇÃO

Diagnóstico

Objectivos
Estratégicos

2.^a FASE
DESENVOLVIMENTO

Objectivos
Operacionais

Acções
Chave

3.^a FASE
IMPLEMENTAÇÃO

- Execução das acções
- Monitorização
- Avaliação

2ª FASE - DESENVOLVIMENTO

Estrutura de Pilotagem - 12 Ministérios

Estrutura Técnica – 31 entidades / 14 GT

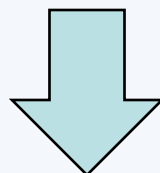
Fórum de Segurança rodoviária – 18 sessões

Inspecções
Seguro a
Cintos de s



ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA

LANÇAR UM DESAFIO NACIONAL



**SITUAR PORTUGAL ENTRE OS
10 ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA
COM AS TAXAS DE SINISTRALIDADE MAIS
BAIXAS**



ANSR

AUTORIDADE NACIONAL
SEGURANÇA RODOVIÁRIA

TOP 10





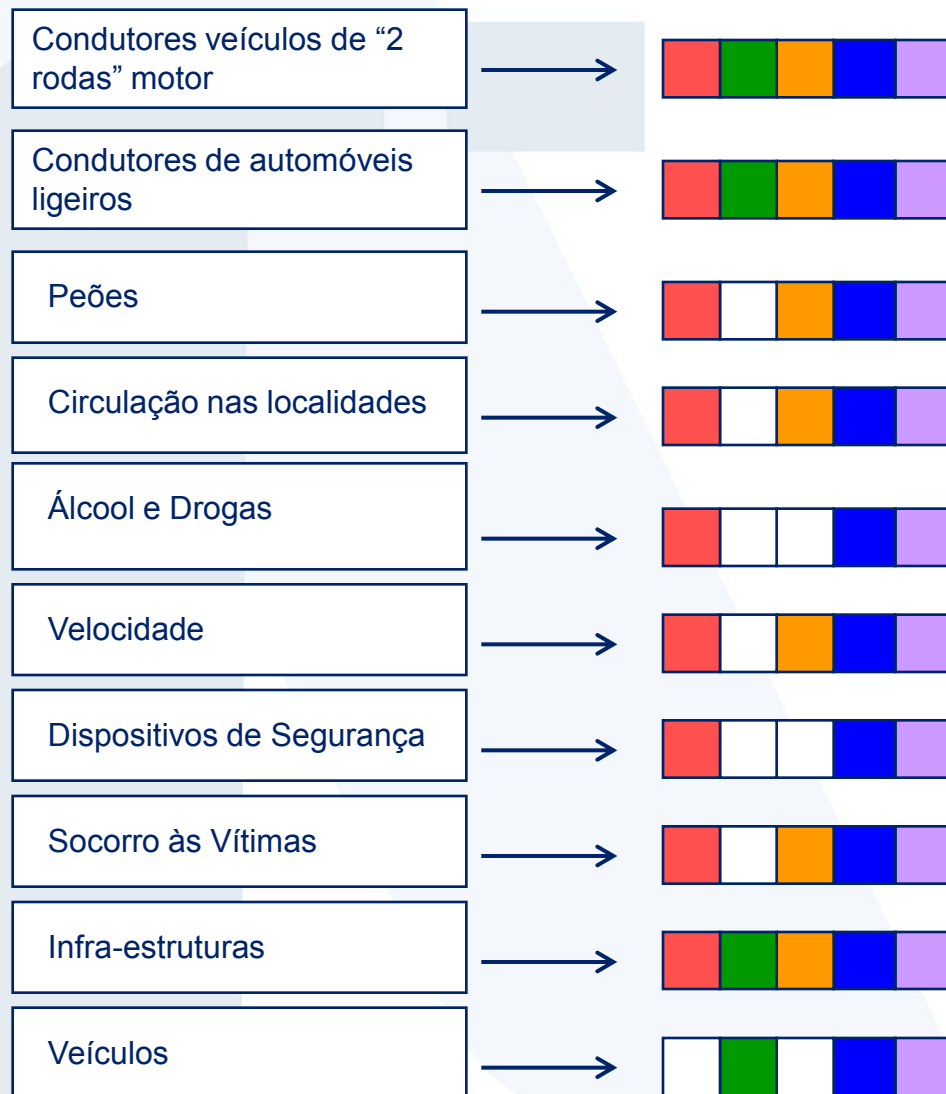
O Conselho de Segurança Rodoviária convida os Senhores Deputados que integram a Subcomissão de Segurança Rodoviária para participar numa das suas reuniões.

**2 de Junho de 2008
10h00**

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

O
B
J
E
C
T
I
V
O
S

E
S
T
R
A
T
É
G
I
C
O
S



COMPORTAMENTO

VEÍCULOS.

INFRA-ESTRUTURAS

SOCIO CULTUR. E AMB.

TRANSVERSAIS

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

28 OBJECTIVOS OPERACIONAIS

Objectivos
Estratégicos

1	PROGRAMA ESCOLAR DE EDUCAÇÃO CÍVICA	15	PROG. INTEGRADO DE MELHORIA DA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS
2	PROGRAMA ESCOLAR DE PREPARAÇÃO PARA O ACESSO AO TÍTULO DE CONDUÇÃO	16	REALIZAÇÃO DE AUDITÓRIAS DE SEGURANÇA RODVIÁRIA/PROG. DE INSPECÇÕES DE SEGURANÇA RODVIÁRIA
3	REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE ESCOLA DE CONDUÇÃO E DO MODELO DE ENSINO	17	PROGRAMA DE GESTÃO DE TROÇOS DE ELEVADA CONCENTRAÇÃO DE ACIDENTES
4	REQUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE INSTRUCTORES DE CONDUÇÃO	18	PROGRAMA DE GESTÃO DE TROÇOS DE ELEVADA CONCENTRAÇÃO DE ACIDENTES
5	O EXAME DE CONDUÇÃO E AS CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM	19	PROGRAMA DE GESTÃO DE TROÇOS DE ELEVADA CONCENTRAÇÃO DE ACIDENTES
6	FORMAÇÃO CONTÍNUA E ACTUALIZAÇÃO DE INSTRUCTORES DE CONDUÇÃO	20	PROGRAMA DE GESTÃO DE TROÇOS DE ELEVADA CONCENTRAÇÃO DE ACIDENTES
7	FORMAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DA CONDUÇÃO	21	PROGRAMA DE GESTÃO DE TROÇOS DE ELEVADA CONCENTRAÇÃO DE ACIDENTES
8	CONTROLO AUTOMÁTICO DA VELOCIDADE	22	PROGRAMA DE GESTÃO DE TROÇOS DE ELEVADA CONCENTRAÇÃO DE ACIDENTES
9	PROGRAMA SELECTIVO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁLCOOL, DROGAS, VELOCIDADE, DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E DISTÂNCIAS DE SEGURANÇA	23	GESTÃO DO TRÁFEGO E INFORMAÇÃO E APOIO AO UTENTE EM TEMPO REAL
10	CARTA POR PONTOS	24	EXTENSÃO DO REGIME DE INSPECÇÃO AOS VEÍCULOS DE DUAS RODAS
11	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E PROGRAMAS DE FISCALIZAÇÃO A VEÍCULOS	25	PROGRAMA DE MELHORIA DO PARQUE AUTOMÓVEL, COM VISTA À SEGURANÇA
12	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE PERCURSOS PEDONAIS	26	PROGRAMA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA SOBRE ACIDENTES DE VIAÇÃO
13	FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO EM MEIO URBANO E DO COMPORTAMENTO DOS PEÕES	27	REVISÃO DO CÓDIGO DA ESTRADA
14	MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO EM MEIO URBANO, ZONAS DE 30 KM/H, ZONA RESIDENCIAL	28	PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DA ENSR E ACÇÕES SUBSEQUENTES

14
GRUPOS DE TRABALHO
(Representantes da Estrutura Técnica)

Acções
Chave

GRUPOS DE TRABALHO (GT)

GT 1 - PROGRAMAS ESCOLARES NA ÁREA DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	1	PROGRAMA ESCOLAR DE EDUCAÇÃO CÍVICA
	Pretende-se criar, com a participação activa de pais, educadores e professores, um programa de educação cívica, com currículo autónomo e estruturado ao longo da vida académica, visando a utilização da via pública, como condutores, passageiros e peões. Deverá funcionar, nos correspondentes níveis escolares, em paralelo e em complementaridade com o Programa Escolar de Preparação para o Acesso ao título de condução.	
OBJECTIVOS OPERACIONAIS	2	PROGRAMA ESCOLAR DE PREPARAÇÃO PARA O ACESSO AO TÍTULO CONDUÇÃO
	Pretende-se introduzir nos programas do Ensino Secundário uma disciplina que prepare os alunos para a utilização da via pública como condutores de veículos de 2 rodas e automóveis ligeiros. As matérias do programa deverão ter em particular atenção a educação cívica e a prevenção rodoviária. O programa deverá ser estudado para dois níveis: um primeiro que possibilite a obtenção de licença a partir dos 16 anos e outro que dê acesso à carta de condução. A possibilidade de obtenção da carta de condução, em qualquer dos casos, deverá ficar sujeita ao aproveitamento escolar nesta disciplina.	
ESTRUTURA TÉCNICA	DGIDC; CNE; IPJ; PRP; IMTT; PSP; GNR; DGC; DGS; ANQ	
ENTIDADE QUE LIDERA	?	

GT 2 – ENSINO DA CONDUÇÃO

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

3 RECONVERTER A ESCOLA DE CONDUÇÃO ENQUANTO CENTRO DE APRENDIZAGEM DA CONDUÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Pretende-se alterar o modelo de funcionamento das escolas de condução, tendo em vista um ensino baseado na interiorização de atitudes e comportamentos que privilegiem a segurança.

Enquadrar as novas tecnologias no ensino.

Novas funções para as escolas - Ministrando ensino especializado para condutores com funções específicas e formação dos condutores ao longo da vida.

4 REQUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS INSTRUTORES DE CONDUÇÃO

Pretende-se criar programas de formação de actualização e reclassificação dos instrutores de condução com menos de 50 anos de idade, tendo em vista a introdução de novos conceitos e novas práticas no ensino da condução. Será estimulada a participação voluntária nestes programas para os instrutores com mais de 50 anos. Simultaneamente, deverão ser estudadas novas formas de acesso à profissão e de desenvolvimento da carreira profissional, ao nível das habilitações de base e da formação, reforçando no ensino a componente de prevenção e segurança.

5 O EXAME DE CONDUÇÃO E AS CONDIÇÕES DE ACESSO À APRENDIZAGEM

A reformulação dos exames de condução deverá estar concluída até ao final de 2009, com reavaliação até ao final de 2012, data em que, previsivelmente, estarão concluídos os processos de alteração ao ensino (escolas e instrutores) e implementado o Programa Escolar de Preparação para o Acesso à Título de Condução. As novas condições de acesso aos exames apenas poderão ser introduzidas após a entrada em pleno do plano de estudos integrado no ensino obrigatório.

ESTRUTURA TÉCNICA

IMTT; DGIDC; PRP; IEPUM; ANTRAM; ANTRAL; ANTROP; FMH; IEFP

ENTIDADE QUE LIDERA

IMTT

GT 3 – CONDUÇÃO

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	6	FORMAÇÃO CONTÍNUA E ACTUALIZAÇÃO DE CONDUTORES
	<p>Pretende-se criar dois tipos de programas: um voluntário, para os condutores que queiram fazer a actualização periódica dos seus conhecimentos (ao níveis teórico e prático) e outro obrigatório para aqueles condutores cujo comportamento implique sanções de inibição de condução ou estejam envolvidos em determinado tipo de acidentes. Implementação de cursos de condução defensiva.</p>	
	10	CARTA POR PONTOS
<p>Pretende-se adoptar um sistema sancionatório sobre infracções que seja simples de entender, de consulta fácil e que possibilite uma melhor percepção dos riscos pessoais e profissionais associados a comportamentos de risco na condução.</p>		
	27	REVISÃO DO CÓDIGO DA ESTRADA
<p>Pretende-se adequar o Código da Estrada ao novo modelo organizacional que resultou do PRACE. Ao mesmo tempo, pretende-se melhorar a redacção de alguns preceitos e introduzir normas, em substituição das vigentes, que permitam tornar mais eficiente a aplicação do Código da Estrada, sem prejuízo dos direitos legalmente previstos.</p>		
ESTRUTURA TÉCNICA	IMTT; GNR; PSP; ISP; DGES; CNE; ACT; EMGFA; PRP; IDT; ACP; IEFP; ANQ	
ENTIDADE QUE LIDERA	ANSR	

GT 4 – FISCALIZAÇÃO

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	8	CONTROLO AUTOMÁTICO DA VELOCIDADE	Pretende-se implementar um sistema nacional de fiscalização automática da velocidade, envolvendo a definição do sistema de gestão, a escolha dos locais e a aquisição e instalação dos equipamentos.
	9	PROGRAMA SELECTIVO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁLCOOL, DROGAS, VELOCIDADE, DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E DISTÂNCIAS DE SEGURANÇA	Pretende-se implementar um Plano Nacional de Fiscalização, utilizando o modelo objecto da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de Abril de 2004 (2004/345/CE).
	13	FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO EM MEIO URBANO E DO COMPORTAMENTO DOS PEÕES	Pretende-se criar as condições objectivas para a diminuição da sinistralidade em meio urbano, através do cumprimento da legislação em vigor, com o reforço da fiscalização do estacionamento ilegal em cima dos passeios, nas passadeiras e em segunda fila, bem como o comportamento incorrecto dos peões no atravessamento dos arruamentos.
ESTRUTURA TÉCNICA	PSP; GNR; IMTT; LNEC; ANMP; EP; DGC; IDT; DGS; IDMEC; IPQ; INML		
ENTIDADE QUE LIDERA	ANSR		

GT 5 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	11	CONTROLO AUTOMÁTICO DE VEÍCULOS COM BASE NA INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
		Pretende-se detectar, de forma preventiva em termos de segurança rodoviária, veículos e condutores que não estejam devidamente habilitados para circular, através da troca de informações entre os diferentes operadores do sistema rodoviário. Em complemento com as acções de fiscalização selectiva pretende-se retirar de circulação, de forma temporária ou definitiva, veículos de risco.
ESTRUTURA TÉCNICA		IMTT; GNR; PSP; ISP; IRN; DGAIEC; APS ; INE
ENTIDADE QUE LIDERA		IMTT

GRUPOS DE TRABALHO (GT)

GT 6 – GESTÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS NA ÓPTICA DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

	16	REALIZAÇÃO AUDITORIAS SEGURANÇA RODOVIÁRIA / PROG. INSPECÇÕES DE SEG. ROD.
		Pretende-se implementar a realização de auditorias de segurança rodoviária aos projectos de novas vias e de requalificação de vias existentes. Com o objectivo de abarcar todo o ciclo de vida das infra-estruturas rodoviárias pretende-se, também, promover a realização de programas de inspecções de segurança rodoviárias às vias de comunicação que deverão compreender inspecções correntes, periódicas e especiais.
	17	PROGRAMA DE GESTÃO DE TROÇOS DE ELEVADA CONCENTRAÇÃO DE ACIDENTES
		Implementação por parte das entidades gestoras rodoviárias de procedimentos de monitorização, planeamento, gestão e intervenção na rede sob sua jurisdição, com o objectivo de reduzir o número de troços de alta concentração de acidentes.
	20	TRATAMENTO DA ZONA ADJACENTE À FAIXA DE RODAGEM
		Pretende-se intervir ao nível do tratamento das zonas adjacentes à faixa de rodagem, garantindo zonas livres de obstáculos que, possam ser utilizadas com segurança por parte de veículos descontrolados. Pretende-se também a utilização correcta dos dispositivos de segurança passiva.
	21	ESTRADA AUTO-EXPLICATIVA: ADEQUAÇÃO DA VIA À SUA HIERARQUIA E FUNÇÃO
		Pretende-se associar a hierarquia funcional das vias de comunicação a requisitos de projecto que sejam facilmente identificáveis pelos condutores, através do ambiente rodoviário resultante. Pretende-se também implementar novos tipos de vias e definir regras de associação de cada tipologia viária ao regime de circulação, promovendo a reavaliação da situação existente.
	22	CONCEITO DE VIAS 2+1: REQUALIFICAÇÃO DE ESTRADAS EXISTENTES
		Pretende-se promover a requalificação das vias rurais com perfil transversal tipo de uma faixa de rodagem e duas vias de circulação, recorrendo ao conceito das Vias 2+1 (com ou sem separador central), eliminando desta forma a possibilidade de se efectuarem manobras de ultrapassagem com invasão da via em sentido oposto.
ESTRUTURA TÉCNICA		INIR; GNR; PSP; ANPC; LNEC; FCTUC; ANMP; EP; IDMEC; CRP; APVP; IEPUM; PRP; INE; AECOPS
ENTIDADE QUE LIDERA		InIR

GT 7 – MELHORIA DO AMBIENTE RODOVIÁRIO EM MEIO URBANO

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	12	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE PERCURSOS PEDONAIS
	<p>Pretende-se promover a requalificação dos espaços públicos urbanos, em particular no que se refere ao sistema de percursos pedonais, tornando-os mais seguros, curtos, confortáveis, inclusivos e apelativos. Para tal terá de se intervir ao nível da localização e selecção das travessias pedonais, da eliminação das barreiras arquitectónicas, da inclusão de equipamentos tácteis, da correcta disposição do mobiliário urbano, da reformulação dos espaços destinados ao estacionamento, cargas e descargas, tomada e largada de passageiros, paragens de transportes públicos, pontos de recolha do lixo, etc.</p>	
	14	MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO EM MEIO URBANO, ZONAS DE 30 KM/H, ZONA RESIDENCIAL
	<p>Pretende-se promover a redução da velocidade de circulação nos centros urbanos, em zonas residenciais e em zonas com forte presença de tráfego pedonal, introduzindo alterações físicas no ambiente rodoviário e no espaço público urbano, de forma a compatibilizar a velocidade dos veículos automóveis com a circulação de peões em segurança. Para tal pretende-se a implementação medidas de acalmia de tráfego em meio urbano e, a introdução dos conceitos de “Zonas 30km/h” e de “Zona Residencial Multifuncional”.</p>	
	18	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA VIA PÚBLICA
	<p>Pretende-se a implementação, pelas entidades gestoras rodoviárias, de planos de requalificação destinados a introduzir melhores características que as iniciais para responder à procura. Pretende-se a introdução de planos de conservação periódica/reabilitação, destinados a reabilitar as características iniciais de elementos da estrada; É objectivo o desenvolvimento de planos de conservação corrente destinados a evitar a degradação das condições de serviço e de planos de segurança rodoviária destinados a melhorar as condições de segurança da circulação. Devem ser ainda determinados planos de sinalização temporária destinados a troços de obras.</p>	
ESTRUTURA TÉCNICA	INIR; LNEC; FCTUC; ANMP; EP; CESUR; DGOTDU; INR; CRP; PRP; FEUP; IMTT	
ENTIDADE QUE LIDERA	ANSR	

GRUPOS DE TRABALHO (GT)

GT 8 - DEFESA E PROTECÇÃO DA SEGURANÇA DA ESTRADA E ZONA ADJACENTE

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	19	DEFESA E PROTECÇÃO DA SEGURANÇA DA ESTRADA E DA ZONA ADJACENTE
		Revisão do Estatuto das Estradas Nacionais e do Estatuto das Estradas Municipais entendidos em sentido material.
ESTRUTURA TÉCNICA		INIR; LNEC; ANMP; EP; CESUR; APA; DGOTDU
ENTIDADE QUE LIDERA		InIR

GRUPOS DE TRABALHO (GT)

GT 9 - GESTÃO DO TRÁFEGO E INFORMAÇÃO E APOIO AO UTENTE

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	23	GESTÃO DO TRÁFEGO E INFORMAÇÃO E APOIO AO UTENTE EM TEMPO REAL
		Pretende-se incrementar a utilização das novas tecnologias para gestão do tráfego e informação em tempo real aos utentes das estradas, assegurando a coordenação e complementaridade da operação destes sistemas entre todas as entidades gestoras rodoviárias, de forma a garantir a fiabilidade e relevância das informações transmitidas.
ESTRUTURA TÉCNICA		GNR; PSP; INIR; LNEC; FCTUC; ANMP; ANAFRE; EP; CESUR; ITS Portugal; FEUP;IM; INE
ENTIDADE QUE LIDERA		ANSR

GRUPOS DE TRABALHO (GT)

GT 10 - MELHORIA DO PARQUE AUTOMÓVEL

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	24	EXTENSÃO DO REGIME DE INSPECÇÃO PERIÓDICA OBRIGATÓRIA AOS CICLOMOTORES, MOTOCICLOS, TRICICLOS E QUADRICICLOS
	Pretende-se alargar aos ciclomotores, motociclos, triciclos e quadriciclos a verificação das condições técnicas.	
OBJECTIVOS OPERACIONAIS	25	PROGRAMA DE INFORMAÇÃO TÉCNICA SOBRE SEGURANÇA NOS VEÍCULOS
	Pretende-se criar a consciencialização para a compra de veículos mais seguros, ao mesmo tempo que se estudem condições, fiscais nomeadamente, que favoreçam a procura desses veículos. Pretende-se, ainda, criar condições para uma melhor divulgação da segurança dos veículos.	
ESTRUTURA TÉCNICA	IMTT; DGC; ACAP; ANECRA; PRP; INE	
ENTIDADE QUE LIDERA	IMTT	

GT 11 - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA SOBRE VÍTIMAS DE ACIDENTES VIAÇÃO

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	26	PROGRAMA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA SOBRE ACIDENTES DE VIAÇÃO
		Pretende-se dotar o País de um sistema de informação de acidentes que possibilite melhorar o conhecimento actualmente existente sobre esta problemática. Propõe-se o estudo sobre a existência de um “Registo Nacional de Vítimas de Acidentes de Viação”.
ESTRUTURA TÉCNICA	PSP; GNR; ANPC; INEM; ACS; DGS; INML; INE; AMA; ITS Portugal	
ENTIDADE QUE LIDERA	ANSR	

GRUPOS DE TRABALHO (GT)

GT 12 – PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA DA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	15	PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA DA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS
	<p>Pretende-se dispor de informação sobre as competências das unidades de saúde para criar condições que permitam um adequado encaminhamento das vítimas de acidentes de viação e uma maior rapidez na respectiva assistência.</p> <p>Pretende-se incentivar a frequência de cursos de socorrismo para condutores.</p> <p>Define-se como objectivo a valorização do 112 e a introdução do sistema <i>eCall</i>. (projecto 112.pt em curso)</p>	
ESTRUTURA TÉCNICA	INEM; ANPC; PSP; GNR; ACS; DGS; ANMP; INML; ISP; ITS Portugal	
ENTIDADE QUE LIDERA	INEM	

GT 13 – FORMAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	7	FORMAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA
	<p>Pretende-se criar um ciclo de formação com vários níveis de acesso (secundário, licenciatura, pós-graduação e mestrado) e com saídas profissionais complementares (Instrutor, Eng. Segurança Rodoviária, Auditor e Inspector de Segurança Rodoviária CAP – INIR).</p> <p>Esta abordagem permitirá a estruturação de carreiras técnicas, nos sectores Público, Autárquico e Privado, nas áreas de Instrução de Condução, de Direcção de Escolas de Condução, de Engenharia de Segurança Rodoviária, de Auditoria de Segurança Rodoviária e de Inspeção de Segurança Rodoviária.</p>	
ESTRUTURA TÉCNICA	INIR; IMTT; LNEC; ANMP; DGIDC; DGES; CNE; IEFP; PRP; IPQ; ANQ; Politécnicos; Conselho de Reitores	
ENTIDADE QUE LIDERA	ANSR	

GRUPOS DE TRABALHO (GT)

GT 14 – COMUNICAÇÃO DA ENSR

OBJECTIVOS OPERACIONAIS	28	PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DA ENSR E ACÇÕES SUBSEQUENTES
	Contribuir para a elaboração de um Plano Integrado de Comunicação que, contemplando a Sensibilização, a Informação, a Formação e a Acção Cívica, tenha como objectivo central a divulgação eficaz da ENSR e respectivas acções.	
ESTRUTURA TÉCNICA	IMTT; INIR; PSP; GNR; ANMP; DGC; ISP; ACT; IDT; IPJ; PRP; ACP; ANAFRE	
ENTIDADE QUE LIDERA	ANSR	

RESPONSABILIDADE E ORGANIZAÇÃO

1.ª FASE DEFINIÇÃO

ANSR
Responsável pela definição
e aplicação da ENSR

ISCTE
Direcção Científica

2.ª FASE DESENVOLVIMENTO

ESTRUTURA TÉCNICA

ESTRUTURA PILOTAGEM

GRUPO CONSULTIVO

3.ª FASE IMPLEMENTAÇÃO

ENTIDADES

ANSR

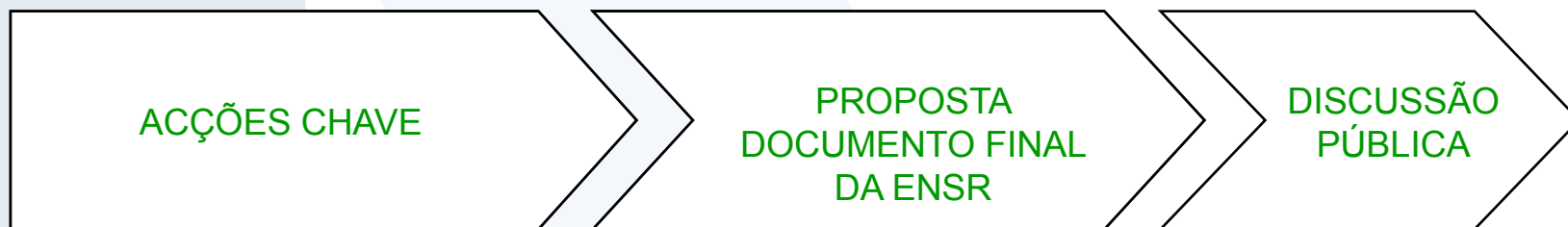
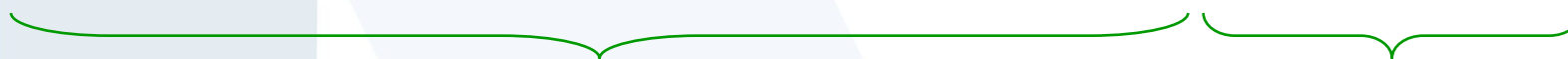
ESTRUTURA
INTERMINISTERIAL

EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



CALENDARIZAÇÃO

	ABRIL				MAIO				JUNHO				JULHO			
	1. ^a Sem.	2. ^a Sem.	3. ^a Sem.	4. ^a Sem.	1. ^a Sem.	2. ^a Sem.	3. ^a Sem.	4. ^a Sem.	1. ^a Sem.	2. ^a Sem.	3. ^a Sem.	4. ^a Sem.	1. ^a Sem.	2. ^a Sem.	3. ^a Sem.	4. ^a Sem.
ESTRUTURA TÉCNICA																
ESTRUTURA PILOTAGEM																
GRUPO CONSULTIVO																



CALENDARIZAÇÃO

	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
Proposta de Documento Final da ENSR							
Fórum Distritais de SR							
Discussão Pública							
Conselho de Ministros							
Orçamento de Estado para 2009							

The background of the image is a long-exposure photograph of a multi-lane highway. The road curves into the distance, and the light trails from vehicles create a sense of motion. The sky is a clear, bright blue, and the overall color palette is dominated by blues and oranges from the light trails.

ANST

AUTORIDADE NACIONAL
SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Recursos Humanos

Total - 116

Unidades/ Subunidades Orgânicas	Lista dos postos de trabalho		
	Carreira	Nº efectivos	Total
Núcleo de Apoio à Gestão e Operações	Técnico Superior	7	24
	Técnico Profissional	3	
	Assistente Administrativo	10	
	Auxiliar Administrativo	1	
	Motorista	3	

Recursos Humanos

Unidades/ Subunidades Orgânicas		Lista dos postos de trabalho		
		Carreira	Nº efectivos	Total
Unidade de Prevenção Rodoviária		Técnico superior	1	5
		Oficiais de ligação	2	
		Assistente administrativo	1	
		Auxiliar administrativo	1	
	Núcleo de Fiscalização e Trânsito	Técnico superior	6	10
		Técnico	1	
		Técnico profissional	1	
		Assistente administrativo	2	
	Núcleo de Estudos e Planeamento	Técnico superior	6	10
		Técnico profissional	1	
Assistente administrativo		3		

Recursos Humanos

		Lista dos postos de trabalho		
Unidades/ Subunidades Orgânicas		Carreira	Nº efectivos	Total
Unidade de Gestão de Contra-Ordenações		Técnico superior	37	43
		Assistente administrativo	5	
		Auxiliar administrativo	1	
	Núcleo de Coordenação de Registo, Arquivo e Notificação	Técnico superior	3	11
		Assistente administrativo	8	
	Núcleo de Coordenação de Processamento e Cobrança de Autos	Técnico superior	4	13
		Técnico	1	
		Assistente administrativo	8	